

COMPARAÇÃO ENTRE A PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL E A ACADÊMICA*

Maria Rita Loureiro
José Carlos Durand

Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV

RESUMO

Este é um estudo de campo que recolheu depoimentos de estudantes e professores de pós-graduação em áreas bem específicas — administração pública, em física e ciências econômicas e sociais — e permitiu observar como o campo empresarial impõe suas exigências sobre o sistema escolar.

Compararam-se atitudes e comportamentos de estudantes e professores em relação à pós-graduação, colocando-se perguntas. Os resultados obtidos com as respostas mostram diferenças substantivas entre o que se chama de “pós-graduação profissional” (em administração) e “pós-graduação acadêmica” (em ciências puras e filosofia).

Em consequência, o uso de critérios uniformes para a avaliação da produtividade escolar (número de teses e dissertações apresentadas, número e qualidade de publicações etc.) apresenta-se precário em função das particularidades de cada campo profissional.

PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL — ADMINISTRAÇÃO —
PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICA

ABSTRACT

THE PROFESSIONAL GRADUATE PROGRAM IN ADMINISTRATION COMPARED TO THE ACADEMIC GRADUATE PROGRAM. This field study gathered statements from graduate students and professors in very specific areas — business administration, specialization in finances, public administration, physics and the social and the economic sciences. It permitted observation of how the business field imposes its demands on the school system. The attitudes and behavior of students and professors in relation to graduate programs are compared. The results obtained show substantive differences between what are called “professional graduate” programs (in administration) and “academic graduate” programs (in the pure sciences and philosophy). Consequently, the use of standardized criteria to evaluate school productivity (the number of theses and dissertations, the number and quality of publications, etc.) is shown to be questionable in function of the particulars of each professional field.

* Comunicação feita na XXIX Assembléia do CLADEA - Consejo Latino-Americano de Escuelas de Administración. Córdoba, Argentina, 13 a 16 de novembro de 1994.

Com a reforma do ensino superior de 1968, os cursos de pós-graduação no Brasil receberam enorme impulso, expandindo-se quantitativamente e consolidando-se como sistema básico de formação de quadros de alto nível. Foi fundamental nesse processo o papel desempenhado por instituições governamentais de fomento à pesquisa científica como o CNPq e a FAPESP, ou de aperfeiçoamento do ensino superior, como a CAPES.

Após mais de duas décadas de expansão, o sistema de pós-graduação implantado no país dispõe hoje de vários estudos importantes de avaliação, feitos por pesquisadores independentes ou pelas agências de fomento¹.

Em meados dos anos 80, a publicação, na imprensa paulista, de um relatório interno da Universidade de São Paulo a respeito da "produtividade acadêmico-científica" de seus professores desencadeou polêmica sobre a questão da avaliação do desempenho dos professores universitários e teve por efeito a ampliação do âmbito social da discussão sobre qualidade no ensino superior brasileiro².

De modo geral, os estudos anteriormente citados são voltados para a avaliação do sistema de pós-graduação destinado à formação de quadros para o próprio meio acadêmico, ou seja, pesquisadores e docentes de alto nível cuja vida profissional se realiza de forma importante (quando não exclusiva) no espaço das universidades e institutos de pesquisa.

Interessa-nos aqui confrontar esse segmento acadêmico com um outro segmento da pós-graduação: o que prepara quadros para carreiras externas à universidade, como é o caso das empresas privadas, da administração pública e das profissões liberais. A idéia é entender a lógica que preside ao seu funcionamento, confrontando-a com a que estrutura a pós-graduação propriamente acadêmica. O crescimento da oferta e da demanda por cursos de especialização e mestrado que formam administradores de empresas, administradores públicos, economistas, engenheiros e congêneres e a ausência, até o momento, de estudos avaliatórios dessa área específica do ensino superior no Brasil justificam a escolha do tema.

É fundamental na avaliação das instituições de ensino superior reconhecer e mesmo estimular a diferenciação interna entre instituições, disciplinas, carreiras oferecidas etc. (Durham e Schwartzman, 1989). Com relação aos cursos de pós-graduação, já existe a percepção, inspirada inclusive no modelo americano, de que é preciso distinguir os cursos de doutorado, que formam pesquisadores e professores universitários, dos cursos de especialização e de mestrado, mais breves e direcionados a demandas profissionais específicas³.

"As grandes universidades nos Estados Unidos possuem mestrado em administração de empresas, em engenharia, em relações internacionais, em direito internacional. Mas são cursos profissionalizantes, não

exigindo dissertação, e são cursos finais, não um caminho para o doutoramento. O candidato formado nesses cursos vai trabalhar como um profissional nas empresas ou no governo, não vai ser professor universitário ou pesquisador. Os cursos podem ser de alto nível. Muitos são de altíssimo nível e de grande prestígio. Não são, entretanto, cursos acadêmicos. Em síntese, para encurtar a duração dos cursos de doutorado, para diminuir a evasão dos mestrados e para dar à pós-graduação um papel maior na formação de profissionais de alto nível, é necessário, além de um amplo debate, que se reveja a concepção de mestrado vigente no país, admitir o reconhecimento de mestrados profissionais, onde não se exige dissertação." (Pereira, 1991. p.3)

Esses elementos sugerem ser interessante uma pesquisa que coloque como principal a questão de discernir **o que é e o que pode ser, em termos de excelência, um ciclo de pós-graduação profissional.** Ao contrário da tendência espontânea de vê-la como uma espécie de realização "incompleta" do modelo vigente nas ciências exatas e humanas organizadas em torno da carreira universitária, é preciso analisá-la (para tomar o caso da administração de empresas) segundo as exigências de titulação e de especialização inscritas na carreira de executivo, no interior do campo de concorrência entre empresas. Ou ainda da demanda específica de outros campos sociais, como a administração pública, as profissões liberais etc. Somente um trabalho de perfil etnográfico poderá fazer avançar essa problemática, que é de muito interesse para o conhecimento das estratégias de reprodução de segmentos variados da classe dirigente e para o papel que ocupa a escola superior nessas estratégias.

A escolha desse objeto exige, por sua vez, a superação de crenças freqüentemente enraizadas em certos meios universitários, ligadas a atitudes de "pu-

1 Veja-se a respeito a bibliografia do Núcleo de Pesquisas sobre o ensino Superior (NUPES), da USP, certamente a mais completa a respeito do assunto.

2 Além de vários debates e comparações internacionais, mais recentemente, o ex-reitor da USP, prof. José Goldemberg, publicou relatório em que avalia o sistema educacional brasileiro, em particular a situação e a qualidade do ensino superior das universidades federais, que consomem boa parte das verbas do Ministério da Educação, do qual o autor foi ministro. Ver a respeito Goldemberg (1993).

3 O melhor exemplo é a formação pós-graduada em negócios conhecida por Master in Business Administration (MBA). A proliferação de MBAs em escolas de administração de empresas de países desenvolvidos, a partir dos anos oitenta, costuma ser vista como uma reação do campo empresarial ao enrijecimento e à obsolescência de currículos e conteúdos de cursos submetidos ao poder universitário e a normas emanadas das autoridades educacionais diante das novas necessidades competitivas das grandes corporações. Assim, os MBAs significaram a "tomada", pelos grandes negócios, das instituições que reproduzem suas elites dirigentes (Wagner, 1992).

rismo acadêmico” que chegam a pensar a vida profissional fora da universidade como uma espécie de degradação ou de submissão a coerções espúrias do mercado e redutoras da liberdade de pensamento.

Assim, o objeto deste trabalho é a **análise da pós-graduação voltada para a formação de quadros externos ao meio acadêmico**: mais precisamente, de quadros dirigentes para a empresa privada e para organismos de governo. Interessa avaliar o papel que a pós-graduação vem desempenhando na formação das elites dirigentes, bem como as transformações que sofreu ao longo do tempo em função das mudanças mais amplas ocorridas na sociedade brasileira, no aparato e nos modelos de organização empresarial. Em outras palavras, o interesse é entender o que é a pós-graduação profissional em administração e economia, comparada à pós-graduação acadêmica voltada para o campo científico.

Deve-se lembrar aqui que, **no interior de qualquer área, é possível delinear um pólo acadêmico e um pólo profissional**. Além das distinções mais conhecidas entre Física e Engenharia, Biologia e Medicina etc., existem igualmente pólos acadêmicos em certas áreas profissionalizantes. Em Administração de Empresas é interessante observar a presença de professores, eles próprios diplomados em administração, que se dedicam exclusivamente a estudos de Teoria das Organizações, quase nunca exercendo atividades em empresas. Até mesmo na área de Finanças é possível viver “academicamente” uma especialidade a serviço de empresas. É o caso do professor que se compraz na construção de modelos matemáticos e em sua discussão em sala de aula⁴.

Três dimensões são examinadas neste estudo: a) a lógica que preside aos cursos de pós-graduação profissional; b) a caracterização social de sua clientela e c) a formação específica aí realizada. A escolha dessas dimensões fundamenta-se, em primeiro lugar, na percepção das diferenças relativas à forma como é encarada a pós-graduação por parte de alunos e mesmo professores que têm no mundo empresarial e/ou governamental seu emprego, sua principal fonte de renda, suas expectativas profissionais e seus modelos de comportamento. Supõe-se que, no pólo mais extremo da pós-graduação profissional, o *ethos do business* e da função dirigente como que permeia toda a relação pedagógica, dando um sentido particular à relação professor-aluno e à relação orientador-orientando, assim como ao grau de importância atribuído à originalidade e à profundidade dos programas de ensino e das teses e dissertações. Mesmo o rigor esperado das pesquisas e as expectativas de publicação de teses e dissertações são bastante diversos daqueles que se verificam no campo da ciência dita pura e da carreira universitária.

Em segundo lugar, o conhecimento das características sociais da clientela dos cursos de pós-graduação profissional em contraste com aquela dos cursos acadêmicos faz-se necessário na medida em que se reconhece o peso da origem social e do coletivo familiar nas decisões propriamente escolares e na interpretação ou “leitura” individual das possibilidades

de aproveitamento de oportunidades no mercado de trabalho. E, por fim, importa levantar as informações sobre como se desenrolam concretamente as atividades no cotidiano da pós-graduação profissional em contraste com a acadêmica, tais como, assistência a aulas, leituras, contatos entre orientador e orientando, papel atribuído à dissertação, critérios de excelência, peso dos determinantes de mercado na escolha de tema etc. Esses elementos permitem caracterizar qual seja aquele aspecto particular do *habitus* (conjunto de disposições interiorizadas pelos indivíduos no processo inteiro de socialização vivido em diferentes espaços sociais) que é reforçado ou modificado durante a pós-graduação profissional.

Em suma, tais dimensões devem ser observadas na medida em que se considera que as características organizacionais e pedagógicas dos cursos de pós-graduação profissional estão relacionadas às características das práticas de trabalho futuras de seus alunos: resposta rápida a problemas concretos, comando de empresas ou organismos públicos, liderança de grupos, articulação de trabalho de equipe etc. Observações recentes asseguram, por exemplo, que os executivos de empresa no Brasil, durante uma jornada diária de oito a dez horas, não passam mais de doze a quinze minutos em trabalho solitário e concentrado; seu tempo é basicamente consumido em reuniões, visitas, contatos, telefonemas, ordens, viagens. É plausível, portanto, que isolamento pessoal e concentração intelectual sejam considerados nesse meio mais como sinais de ócio ou dissimulação de trabalho do que como indicadores de atividade efetivamente produtiva.

Do ponto de vista metodológico, cabe indicar que os dados aqui analisados foram levantados mediante longas entrevistas gravadas com alunos tanto da pós-graduação profissional quanto acadêmica, com professores-orientadores e coordenadores de cursos e ainda

4 Como já se indicou, “A Business School, because of its positioning at the interface between the worlds of higher education and research and those of higher corporate management responsibility has to toe both lines. It is no wonder that Business School academics sometimes feel as if they are being torn in two different directions. Sometimes School academics make a conscious choice to follow one or other role model. So we have Business School professors who are more academic and in further retreat from the real world even than their colleagues in other faculties in the University”(Weir, 1992. p.3).

5 Mais precisamente: 27 estudantes de pós-graduação, dos quais 5 de Administração Pública, 5 de Administração de Empresas (dos quais 4 de Finanças), todos da EAESP/FGV. Mais 6 de Economia, 5 de Física e 2 de Ciências Sociais, todos da USP. Foram entrevistados um ex-coordenador da pós-graduação da EAESP, um recrutador de executivos de alto nível, que também é professor na FGV, um recrutador de executivos de nível intermediário, dois professores-orientadores da área de Finanças da FGV e finalmente um profissional que se ocupa em preparar estudantes brasileiros para estudar administração nos Estados Unidos. Laerte Fernandes de Oliveira e Flávia Bolaffi, auxiliares de pesquisa do Centro de Estudos da Cultura e do Consumo, da FGV, ajudaram bastante na realização das entrevistas e no preparo das tabelas.

com alguns recrutadores de executivos para empresas, num total de 33 entrevistados⁵. Não se pretende, portanto, representatividade estatística, mas apreender certas dimensões que diferenciam mundos universitários equivocadamente avaliados segundo os mesmos referenciais.

Três subgrupos foram diferenciados para o desenvolvimento da análise: o primeiro é composto por alunos de Filosofia, Física e Ciências Sociais, considerados aqui o **pólo acadêmico**; o segundo, formado de alunos de Administração de Empresas e Pública, constitui o **pólo profissional**; o terceiro, composto por alunos de Economia, representa o **segmento intermediário** que prepara quadros tanto para a área acadêmica como para o mercado profissional. Em outras palavras, o curso de Economia é visto neste estudo em posição intermediária entre a pós-graduação acadêmica e a de *business* na medida em que seus professores circulam de forma concomitante, sucessiva ou alternada pelo mundo universitário, empresarial e do governo e que também seus alunos se dirigem a essas três áreas de atuação profissional. Portanto, a lógica que preside a esse curso, assim como as formas de organização de suas atividades, os critérios de avaliação e os padrões de excelência terão traços mistos dos dois modelos aqui confrontados.

Além de um breve panorama quantitativo da situação da pós-graduação no Brasil e, em particular, das áreas aqui tratadas, o texto se desdobra em duas partes: na primeira, procura-se sistematizar os elementos caracterizadores da pós-graduação acadêmica e, na segunda, apontam-se as principais diferenças encontradas na pós-graduação profissional.

Do ponto de vista prático, o conhecimento dos princípios que organizam a pós-graduação dirigida a profissionais de alto nível para organismos públicos e empresas privadas poderá oferecer subsídios para uma eventual reformulação das próprias escolas e dos critérios de avaliação utilizados pelos organismos incumbidos do aperfeiçoamento da pesquisa e do ensino universitário.

A SITUAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E EM ÁREAS ESPECÍFICAS

O panorama do ensino superior no Brasil nas últimas décadas caracterizou-se, como se sabe, por enorme crescimento de seus contingentes. Estes passaram de menos de cem mil em 1960 para quase um milhão e meio nos anos 90. A rede privada de escolas de nível superior expandiu-se em ritmo superior ao da rede pública e o sistema de cátedras vitalícias foi substituído pelo modelo americano de departamentos de ensino. Além da expansão do número de alunos e da criação de novos cursos, foi implantado o sistema nacional de pós-graduação. Juntamente com o desenvolvimento de um quadro institucional de pesquisas, apoiado por organismos oficiais de financiamento, e a introdução de regimes de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva para a grande parte dos professores das instituições públicas, ele permitiu

o desenvolvimento de uma considerável competência técnica no país.

Conforme estatísticas do Ministério da Educação, de 125 cursos de pós-graduação existentes em 1969, no Brasil, chegou-se a 1324, em 1989, sendo que 90% dos programas de pós-graduação estão concentrados na rede de universidades públicas. Os alunos matriculados no nível de mestrado — 11165 em 1973 — saltaram para 42 205 em 1989 e o de matriculados nos cursos de doutoramento passaram de 434 para 9 751 no mesmo período. As áreas da pós-graduação que apresentaram maior expansão no período entre 1979 e 1989, conforme ainda os dados da CAPES e MEC, foram: Ciências Biológicas (50%), Ciências Humanas e Sociais (45%), Saúde e Ciências Agrárias (aproximadamente 40%) e Ciências Exatas e Engenharia (cerca de 30%). Diferentemente do que ocorre na graduação, a distribuição dos cursos de pós-graduação é mais equilibrada entre as diferentes áreas do conhecimento. Conforme indicou Castro (1991), “enquanto que 64,3% dos cursos de graduação se concentram em carreiras *soft* (Humanas, profissões sociais, Letras e Artes), essas áreas só representam 27,6% da pós-graduação. Ciências Exatas e Biológicas somam outros 27,2% da pós-graduação, mas não passam de 15,9% da graduação. A explicação para isso, continua aquela mesma autora, está no peso da rede de escolas privadas, ou das forças do mercado, no sistema de graduação. As escolas particulares atendem, como se sabe (ou se supõe), a uma demanda que possui qualificação e renda inferiores à que é atendida pelas universidades públicas, oferecendo cursos em áreas de conhecimento de baixo custo (como é precisamente o caso das áreas *soft*, que não requerem equipamentos e instalações caras)” (Castro, 1991. p.5).

Com relação às áreas específicas analisadas neste estudo qualitativo, pode-se afirmar, conforme indicam os dados do quadro abaixo, que houve também enorme crescimento do contingente de alunos aí matriculados entre 1977 e 1982. Mesmo a diminuição das matrículas nas últimas décadas — provocada, segundo especialistas, pela crise geral do mercado de trabalho para profissionais de nível superior, desestimulando investimentos escolares nessa faixa — não alterou o quadro geral de expansão dos contingentes.

Quadro I

Matrículas na pós-graduação no Brasil, em áreas específicas. 1977, 1982 e 1991			
Área	1977	1982	1991
Física*	294	872	705
Filosofia	278	1177	720
C. Sociais*	540	2051	1565
Economia	356	1617	1090
Administração	568	2232	2024

Fonte: Dados levantados junto à CAPES

* Inclui alunos de Astronomia

** Inclui Sociologia, Antropologia e Ciência Política

O que parece ter ocorrido foi apenas a diminuição da intensidade do processo.

A PÓS-GRADUAÇÃO ACADÊMICA

Partindo do suposto da existência de lógicas distintas no interior dos cursos de pós-graduação, pretende-se aqui retomar, em primeiro lugar, os elementos que caracterizam o modelo acadêmico, referência básica para tais cursos, e, em seguida, examinar suas diferenças em face do modelo que denominamos profissional.

Qual é o **sentido** que a experiência escolar tem para os alunos da pós-graduação? Isto é, por que eles fazem tal curso? A realização de um curso de pós-graduação é, hoje, uma exigência para aqueles que optaram por carreiras nas áreas acadêmicas. Sem o título de mestre não se pode iniciar uma carreira de professor universitário e pesquisador. Nos casos dos estudantes de Filosofia e Física, que representam, neste estudo, o pólo acadêmico mais extremado (na medida em que suas oportunidades de trabalho se restringem basicamente à docência e pesquisa), a pós-graduação aparece como a continuação "natural", como um desenrolar, quase sempre contínuo e sem ruptura, da graduação. "Quando decidi fazer Física, eu já pensei em fazer mestrado." Como também indicou um estudante de Filosofia, é através dele que se alcança a cidadania científica ou intelectual. "A dissertação de mestrado é, de certo modo, um certificado de maioridade." Ela é vista como a primeira etapa da carreira acadêmica, o momento em que se exercita e se aprende a desenvolver um trabalho de interpretação ou de observação científica que será realizado plenamente no doutorado.

Se a pós-graduação é uma mera continuidade da graduação, importa conhecer o conjunto de fatores que estão na raiz da escolha do primeiro degrau da carreira acadêmica: o curso de graduação. Portadores de certas propriedades sociais em comum, os alunos de Filosofia e de Física, entrevistados nesta pesquisa, provêm, em geral, de segmentos sociais mais baixos, se comparados aos demais entrevistados: há, entre eles, filhos de operários metalúrgicos, bancários, costureiras, que estudaram em escolas públicas, muitas vezes conciliando a frequência de um curso noturno com o trabalho durante o dia. Para eles, o diploma superior é valorizado em si, independente da área e da capacidade de rendimentos monetários que ele proporcione. Todos sabem que fizeram "por uma atividade pouco rentável, mas que lhes satisfaz frente a seus padrões de consumo material não-exigentes. Vivem, em sua maioria, com pequenas bolsas de estudo, complementando renda, vez por outra, com aulas particulares, em cursinhos, ou outros "bicos".

Para os estudantes de Filosofia, um elemento presente na escolha do curso é o sentimento de encantamento com relação à Filosofia. É o que afirmam dois entrevistados que abandonaram experiências anteriores. Um já era engenheiro naval, o outro ainda estudava medicina. "Decidi fazer Filosofia pelo encanto, pelo que lia, pelo encanto pelas conferências do

prof. Gianotti a que assisti aqui no Rio..." De modo geral, tanto os estudantes de Filosofia como os de Física só se preocupam com seus estudos e o que querem é ter mais tempo para se dedicar ao que gostam: leitura intensa, quando se trata de Filosofia, e pesquisas em laboratório, para os de Física.

Não valorizando a assistência a aulas, vista como necessária apenas para os alunos da graduação, a atividade que o pós-graduando de Física mais deseja é a oportunidade de entrar em um laboratório e aí desenvolver suas pesquisas. Na verdade, a prevalência da pesquisa, nessa área, define inclusive quem pode ser considerado um bom professor. "Um bom professor é um bom pesquisador... Mesmo que ele tenha alguma dificuldade como professor, ele é respeitado se for bom pesquisador." Nessa mesma linha, o tema de tese costuma ser escolhido em função das necessidades de se cobrir uma área, apontada pelo orientador, dentro do grupo de pesquisa do qual ambos participam, e da disponibilidade de verbas para o desenvolvimento de seu projeto dentro do laboratório. "(...) eu resolvi juntar o útil ao agradável e vim para cá... porque se você vai num laboratório que não tem condições de arrumar recursos, sua tese fica parada."

Na medida em que os professores de Física e Filosofia, em geral, não partilham seu tempo com outras atividades fora da faculdade ou do laboratório, os alunos de pós-graduação dessas áreas eminentemente acadêmicas reconhecem que eles não têm problemas de acesso a seus orientadores, como pode ocorrer em outros cursos. Eles estão sempre disponíveis para atender a seus orientandos.

Para o aluno de Filosofia, o tema da tese, em geral, emerge da participação nos freqüentes grupos ou seminários de estudos que os professores costumam organizar no departamento, reunindo não só os alunos de pós, mas também os da graduação que têm bolsas de iniciação científica. A entrada em um desses grupos é feita em função de quem o dirige, de sua identificação como um bom professor, aquele que deu um bom curso, isto é, "de um professor sério que prepara suas aulas e corrige os trabalhos de seus alunos, fazendo comentários e críticas". Para os alunos da graduação que querem continuar nesse meio, os círculos de estudo patrocinados pelos diversos professores é o caminho necessário para trilhar a pós-graduação futura. E as bolsas de iniciação científica representam a fonte básica de remuneração para garantir dedicação exclusiva aos estudos, já que qualquer trabalho fora é visto como perda de tempo para o que é fundamental: leitura continuada. Os temas de tese giram em torno de um autor — da análise de suas obras e daquelas de seus comentaristas ou críticos. Como bem resumiu um entrevistado: "Fazer Filosofia é saber mexer com texto".

Com relação aos critérios que presidem à escolha de um determinado autor para objeto de tese, pode-se observar certa homologia entre a hierarquia dos filósofos "disponíveis" e a percepção que cada estudante tem de sua própria potencialidade intelectual. É o que permite entender o sentimento de marginalidade experimentado por um estudante de origem social um pouco mais elevada (ele é filho de um comerciante

de porte médio) do que os seus colegas entrevistados, mas originário de cidade do interior de São Paulo. Com trajetória de estudos de graduação em faculdade menos prestigiada, aquele sentimento de marginalidade se exprime não só na ambigüidade frente ao curso de Filosofia, mas igualmente frente à própria escolha de um autor para objeto de tese. "É meio difícil ser profissional na Filosofia. Às vezes tenho minhas crises porque acho que não serei um grande profissional (...) Eu escolhi um autor pouco explorado. Há autores que foram apagados pelas grandes estrelas, como Kant, Descartes etc. Qual seria minha contribuição para o estudo destes grandes? Muito pequena. Agora, estudando um autor marginal, desconhecido, eu poderia contribuir, principalmente no Brasil. Nesses autores marginais, minha contribuição poderia ser mais efetiva. Eu simpatizo com esses temas relegados."

Como a participação no mundo acadêmico tende a exigir dedicação integral, a maior parte do tempo de um aluno da pós-graduação em Filosofia e Física costuma ser passada na faculdade, pelo menos enquanto está cumprindo os créditos de curso. É só no período de elaboração da tese que o trabalho é feito em casa, em longas jornadas solitárias de leitura ou em frente do computador ou máquina de escrever. Na faculdade, assiste-se a aulas, participa-se, uma ou duas vezes por semana, de reuniões com o orientador, assim como de seminários ou grupos de estudos. É aí que os alunos manifestam a maior parte de sua sociabilidade, desenvolvendo os principais laços de amizade e afeto. Muitos inclusive dividem moradia com seus colegas. "Minha vida social e afetiva passa muito por aqui; casei com uma colega do departamento e todos os meus amigos estão vinculados ao curso de Filosofia." Os contatos com professores, freqüentemente, incluem visitas a suas casas, conversa de bar, vínculos pessoais, enfim.

Com relação aos alunos de Ciências Sociais, eles apresentam, dentro do pólo acadêmico, certas nuances se comparados aos seus colegas da Filosofia e Física. Os entrevistados têm origem social em camadas médias. São filhos de engenheiros, pequenos empresários, estudaram em escolas particulares e freqüentam um curso que lhes permite desenvolver, juntamente com a carreira acadêmica, certas alternativas de trabalho em centros de pesquisa, fora da universidade, e uma variedade de atividades em agências governamentais, associações civis etc. Assim, é habitual encontrar alunos de pós-graduação que têm uma intensa e diversificada jornada de trabalho, conciliando a realização de cursos, a preparação da tese com o desenvolvimento de pesquisas sob encomenda, e mesmo outras atividades de militância política e promoção cultural. Em outras palavras, as características de suas disciplinas permitem que eles se voltem para um universo um pouco mais amplo do que o estrito círculo acadêmico.

Em geral, os temas de tese são escolhidos por afinidades teóricas e intelectuais com seus orientadores, e igualmente por razões práticas relacionadas às pesquisas em que estão envolvidos como auxiliares. Também nesse curso, orientadores e orientandos re-

lacionam-se fora da faculdade, em contatos sociais e de trabalho.

A insegurança financeira gerada por uma situação profissional em que o mercado de trabalho é restrito e seletivo aparece mais marcadamente entre alunos de Ciências Sociais e de Economia do que entre os de Filosofia e de Física. Isso tem implicações em suas experiências de pós-graduação. "Se for fazer o doutorado no exterior, há tempo de sobriedade, mas acabando, pretendo procurar faculdade para dar aula. Realmente, a questão é procurar desde já algo para ir se encaixando no mercado... Na pior das hipóteses, vou apelar para meu pai e começar a trabalhar com ele." Pode-se levantar como hipótese que os estudantes de Filosofia e Física não manifestam preocupações com relação à incerteza financeira e às dificuldades no mercado de trabalho porque eles fizeram suas escolhas já conhecedores das condições precárias vigorantes em suas áreas, sabem que elas não vão mudar, pelo menos a curto prazo, portanto não adianta gastar energia mental com tal inquietação. Assim, suas reclamações recaem principalmente na falta de livros em bibliotecas, para aprofundar a leitura da Filosofia, e na escassez de verbas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, nos laboratórios de Física.

"Eu escolhi Economia porque era bom em matemática e me interessava por questões de desemprego, inflação, essas coisas." Sendo a construção de modelos matemáticos prática predominante nos cursos de Economia, o domínio dessa linguagem é visto como condição para a escolha da área por parte daqueles que se interessam pelos temas econômicos. De origem social mais diversificada, esses estudantes têm em comum o bom desempenho escolar, em especial na área de matemática⁶.

Portadores de uma titulação que lhes abre perspectivas de remuneração considerável, especialmente em instituições financeiras, os estudantes de pós-graduação em Economia se vêem divididos entre a identidade acadêmica, de cientista, e a de profissional, no mercado de consultoria. A experiência temporária como assessores econômicos ou como dirigentes de organismos governamentais é, em geral, vista como compatível e até mesmo desejável para o economista pôr em prática suas teorias e modelos analíticos.

"Trabalhar e estudar são lógicas completamente diferentes e induzem a *times* completamente diferentes." A escolha entre essas alternativas e a ambigüidade aí gerada é traço marcante dos alunos da pós-graduação em Economia. Procuram conciliar o trabalho no mercado com a vida acadêmica, mas, ao mes-

6 Entre os entrevistados no curso de pós-graduação em Economia há filhos de profissionais liberais, mas também estudantes de origem social mais modesta. Foram entrevistados um filho de pequeno produtor rural em decadência econômica, outro de um vigia de fábrica, outro ainda de uma costureira etc. Eles estudaram em escolas públicas de pequenas cidades do interior de São Paulo ou da periferia da capital.

mo tempo, reconhecem os limites que o primeiro coloca para seu próprio desenvolvimento como economistas, isto é, como cientistas. Assim, se, de um lado, um entrevistado diz: "Tenho certa admiração por quem trabalha no mercado e na academia, por quem faz as duas coisas", de outro lado, surgem igualmente estas considerações: "Minha orientadora trabalhou durante oito anos no Itaú e largou tudo para ficar só na faculdade... Eu abro mão do consumo para ter uma vida decente. Chegava às seis horas em casa exaurida, quando trabalhava no banco..."

"Comecei a trabalhar no banco, depois que casei e precisei de dinheiro. Mas, aí, parei a tese. Estou até pensando em mudar o tema para algo mais próximo às atividades do banco. O problema é que, no banco, uso apenas dez por cento de minhas potencialidades."

A escolha do tema de tese é outro momento em que aparece a ambigüidade entre o mundo acadêmico e o mundo do mercado. Como o depoimento acima indica, aquela escolha está sujeita a determinantes que oscilam entre interesses científicos e necessidades profissionais. O caráter misto do curso de Economia, que incorpora elementos intermediários entre os dois pólos, aparece ainda na coexistência de alunos-bolsistas com perfil eminentemente acadêmico — escolhendo tema de tese em função de interesses teóricos e dedicando seu tempo inteiramente a atividades de leitura, pesquisa e participação em seminários na faculdade — e aqueles que conciliam, de forma tensa e conflitiva, o curso de pós-graduação com atividades de trabalho fora dos meios universitários.

A definição do que seja um bom orientador, também ela, revela a ambigüidade entre um perfil acadêmico, isto é, de um professor com dedicação exclusiva às atividades na universidade e sempre disponível às demandas dos orientandos, e um perfil de economista prestigiado e reconhecido fora dos meios universitários e, portanto, menos acessível.

A PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

Diferentemente do pólo acadêmico, onde a pós-graduação é caminho obrigatório, continuação necessária da graduação, nas áreas profissionalizantes, a pós-graduação aparece como uma escolha entre outras possibilidades. A decisão de fazer um curso de pós-graduação profissionalizante é resultado de avaliações que os pretendentes fazem das alternativas de curto, médio e longo prazos existentes no mercado de trabalho. Assim, pode-se identificar as seguintes situações que costumam levar a essa decisão:

1. Entrada na pós-graduação, **após algum tempo de trabalho profissional**, em função do abandono de experiências não-satisfatórias em empresas, em termos de rotinas de trabalho, perspectivas de carreira, salários, convivência entre colegas e com chefes etc.⁷ A pós-graduação pode significar tanto a busca de mais instrumentos para enfrentar futura competição no

mercado, quanto a tentativa de reconversão da carreira profissional para a acadêmica.

2. Entrada na pós-graduação **imediatamente após** a conclusão da graduação, ao constatar a ausência de boas perspectivas profissionais. Trata-se portanto de uma escolha em que se adia a entrada no mercado de trabalho em momento desfavorável e, ao mesmo tempo, se procura acumular mais triunfos (conhecimento e titulação adicional) para competição futura.

3. A pós-graduação pode representar estratégia de defesa frente a novas situações competitivas no mercado de trabalho para alguns profissionais que realizam o curso, **mantendo vínculos com as empresas privadas onde trabalham**. Trata-se de pessoas que se sentem ameaçadas em sua ascensão de carreira, na corporação privada a que pertencem, em função da titulação escolar possuída por seus pares-concorrentes mais próximos e/ou seu superior imediato. Ou seja, quando percebem que o cargo a que aspiram ascender passa a supor (formal ou consensualmente) escolaridade pós-graduada ou atualização em alguma área específica⁸.

4. Outro segmento importante na pós-graduação é representado pelos **professores universitários** de escolas de administração de outros estados da federação em busca de título acadêmico pós-graduado claramente posto como requisito de ascensão na carreira. Há, ainda, os **funcionários de empresas e outros órgãos públicos**, selecionados para programas de reciclagem profissional. Nesses casos, há uma interrupção total de atividades, seguida, ao final, de um retorno à entidade e, em geral, à cidade de origem.

5. No caso de candidatos a cursos de administração pública, a decisão pode estar relacionada ao término de mandatos de chefes de poder executivo, com os quais estiveram estreitamente ligados em cargos administrativos, e a necessidade de experimentar

7 "Quando trabalhei no banco — disse uma estudante de Economia que abandonou as atividades profissionais para se dedicar inteiramente à vida acadêmica — o ambiente ali era mais moderno e arejado, com muitos visitantes estrangeiros, uma cultura mais de estudante da USP, mas na empresa foi horrível. Era um ambiente mais conservador, eu tinha que conviver com gerentes de nível médio, pessoas arrogantes... Na empresa você tem que fingir. É impressionante como uma pessoa que tem um título a mais canaliza a inveja nas empresas. As pessoas percebem que você está achando que o chefe está falando besteira... Na academia é melhor porque, mesmo havendo hierarquia, todos são professores, não há patrão, você pode ficar no seu canto."

8 É fundamental aqui distinguir o seguinte: ou se trata de um novo ferramental administrativo (que começou a ser ensinado depois que ele deixou a graduação, como, por exemplo, *marketing* cultural, *outplacement* etc.), ou se trata de um efeito de adensamento da escolarização dos ocupantes de cargos gerenciais. Neste último caso, a procura de um diploma mais elevado é percebida como necessária na exata medida em que o ocupante atual do cargo cobijado a possui e que os demais aspirantes ao mesmo cargo, também percebendo sua necessidade, buscam supri-la mediante a volta à escola.

temporada de "recolhimento" nos meios acadêmicos, para fins de reciclagem e complementação de estudos, enquanto aguardam novas oportunidades de postos, abertas por vitórias eleitorais dos partidos com que se identificam. Ela pode também ser determinada por tentativas de saída (temporária ou definitiva) de situações de trabalho consideradas frustradoras. Para aqueles que se identificam com um perfil mais acadêmico, declarando gosto pelo estudo, o curso de pós-graduação representa tentativa de reconversão de uma experiência insatisfatória no setor público para uma carreira acadêmica, de pesquisa e docência universitária⁹. E por fim, mas não menos importante, a pós-graduação em Administração Pública representa ainda a tentativa de construção de uma identidade profissional nova, relacionada ao serviço público, por parte daqueles funcionários que tiveram sua primeira titulação em cursos como Psicologia, Letras, Geografia etc. Com o mestrado, adquirem não só competência específica, mas sobretudo legitimidade para os cargos, inclusive de direção, em órgãos de gestão de políticas onde atuam.

As diversas alternativas apontadas para a escolha da pós-graduação não estão dissociadas de certas características sociais dos alunos. A reconversão para uma carreira acadêmica, por parte daqueles que fizeram o curso de Administração ou de Economia e tiveram experiências de trabalho frustradoras em empresas privadas ou no setor público, pode estar associada a indivíduos de extração social mais elevada e/ou provenientes de famílias mais cultivadas intelectualmente.

A segunda alternativa, por exemplo, parece ser freqüente entre indivíduos que, mesmo com diplomação em escola conceituada, não tiveram desempenho escolar satisfatório, ou que cursaram escolas menos valorizadas no mercado de trabalho. Nesse segundo caso, trata-se de estudantes que precisaram trabalhar para seu sustento durante uma graduação feita à noite, em uma escola de vestibular pouco exigente e que, ainda durante ela, perceberam que seria necessário algum dia procurar a pós-graduação de uma boa escola para "lavar" seu diploma, como se costuma dizer com sarcasmo nas faculdades de primeira linha.

Muitos, porém, experimentam frustração diante da expectativa de uso da pós-graduação como canal para melhorar sua inserção no mercado de trabalho. "É ilusão pensar que a pós dá chances de emprego. Há muita gente aqui na GV sem emprego, batalhando muito para encontrar. Muitas vezes é mais fácil para o estudante da graduação do que para o da pós arranjar emprego..." O que parece indicar, como alguns entrevistados afirmam, uma não-valorização (ou indiferença), por parte das empresas, do título pós-graduado.

Na verdade, essa percepção exprime as alterações ocorridas no mercado de trabalho para administradores de empresas, ao longo das duas últimas décadas, conforme indicou profissional especialista em recrutamento de executivos de alto nível para empre-

sas. Nos anos 70, o diploma universitário em escolas de primeira linha e a própria performance do aluno aí eram condições extremamente importantes para a contratação e a carreira de um executivo. Nos anos 80, a graduação já não bastava. "O que meus clientes queriam saber era onde eles tinham feito um pós-graduado. Havia uma grande valorização do CEAG da escola (FGV) e, em alguns casos, havia a pretensão de que esse indivíduo (o candidato ao cargo de executivo) tivesse feito um MBA fora, isso tinha uma valorização muito grande." Nos anos 90, entretanto, os critérios de recrutamento se transformaram. A instituição universitária e os diplomas por ela emitidos já não são tão relevantes. "Nesta década de 90 nós tivemos um refluxo muito grande. Passou a ser a década em que a empresa quer mesmo é saber o tipo de experiência bem-sucedida que o indivíduo acumulou e dá *pouquíssima importância à Graduação ou à Pós-graduação que ele teve... Quer dizer, eu estou falando de direção mesmo, do primeiro e segundo nível da empresa. Neste nível, a concentração — que nós tivemos na década de 90 — fez com que fosse mais importante a biografia profissional. Esta, tomada no seguinte sentido: em que empresa ele trabalhou, em que empresa ele aprendeu e em que empresa ele teve sucesso.*"¹⁰

Segundo esse mesmo entrevistado, as transformações recentes sofridas pelas empresas frente à crise dos anos 80, que implicaram a necessidade de enxugamento de gastos, achatamento dos quadros de gerência etc., geram inclusive um processo de substituição da escola pela empresa no processo de formação de quadros para a alta direção. "Empresas formadoras são aquelas que contratam *trainees* e têm um enorme investimento inicial na formação. São chamadas 'empresas-escolas'. Quando se pergunta qual foi a escola dele (do candidato a cargo executivo), não se está perguntando onde ele se graduou, mas

9 Ambas as alternativas exprimem a ausência, dentro do serviço público brasileiro hoje, de mecanismos de ascensão na carreira, condicionados efetivamente à maior qualificação profissional. Ao contrário, como vários entrevistados apontaram, as políticas de rebaixamento salarial e as práticas sistemáticas de subutilização da capacidade produtiva dos funcionários são interpretadas como ações intencionais por parte dos governantes atuais para estimular os pedidos de exoneração e, com isso, diminuir os gastos públicos com pessoal, frente à crise do Estado. A insatisfação com essa situação se revela nesta frase: "Lá na Prefeitura, eles não controlam meu trabalho, mas controlam meu tempo. É desesperante porque sou obrigada a ficar lá dentro oito horas sem ter nada o que fazer e agüentando arbitrariedades".

10 Para cotejo dessas observações, pode-se citar que em 1980 a *Revista Exame VIP*, edição de 6 de agosto, p.85, iniciava artigo intitulado "Um diploma com muito status" nos seguintes termos: "O executivo brasileiro, mais do que ninguém, nesses tempos difíceis, sabe que o mar do mercado de trabalho está cada vez mais para menos peixe. E que, em conjunturas assim, vigora o velho princípio da sobrevivência dos mais aptos e (bem remunerados) são os que possuem pelo menos um bom mestrado em sua área de atuação. É o que aconselhamos a você: começar, o quanto antes, sua pós-gradua-

qual foi a empresa onde ele trabalhou seus dez primeiros anos. Se foi uma só, se foi uma formação consistente, se houve investimento em sua formação¹¹. Essa história de empresa formadora é muito importante. Ela passou a ser mais importante que o *background* acadêmico. Esse aparece aí como uma ilustração. Se ele (o candidato) é formado em uma boa escola, fez uma pós-graduação da Fundação (FGV), isso vem como corolário. O foco hoje está efetivamente na experiência."

De outro lado, com relação aos executivos de nível médio, se a diplomação universitária e o nome da escola onde se titularam, em cursos de pós-graduação, continuam sendo critérios importantes de recrutamento, o tipo de curso aí realizado (especialização de curta ou longa duração, mestrado, doutorado etc.), a elaboração ou não de tese, as notas obtidas, o prestígio ou não dos orientadores são, porém, elementos irrelevantes. "A complementação da universidade através de um curso de pós-graduação é sempre interessante, disse um recrutador de executivos de nível médio. *Não importa se o curso foi de quatro horas ou seis meses, é sempre importante que conste de seu currículo. Agora, para dizer a verdade, eu tenho a impressão de que não se reconhece bem a importância de um mestrado ou doutorado aqui no nosso país. Não se dá o mesmo peso que se dá no exterior. O esforço sobre-humano desses coitados não é valorizado na mesma proporção de vários cursos de extensão... É complicadíssimo para eles dividir com a empresa suas atividades de estudo, são raros os que conseguem completar o curso, a carga de mestrado é enorme.*"

Essa situação caracterizadora do mercado de trabalho acaba atribuindo caráter contraditório aos cursos de mestrado profissionalizante. Se, de um lado, esses cursos têm como objetivo primordial a qualificação de seus estudantes para sua melhor inserção no mercado onde serão contratados os executivos para as empresas, por outro, esse mercado não exige tal qualificação — ou, pelo menos, a qualificação nos termos oferecidos por esses cursos. É o que permite entender por que a maioria dos alunos que ingressam no curso de administração de empresas o abandonam antes da titulação. Há afirmações como estas, provenientes de diferentes entrevistados (alunos e professores): "As pessoas que procuram o mestrado em administração de empresas é porque estão fora do mercado de trabalho, por algum motivo (...) porque se não, eles não ficariam tanto tempo aí se dedicando a fazer uma tese". "Os funcionários muito requisitados pela empresa não conseguem ficar na escola e terminar o curso."¹² Ao mesmo tempo, as condições vigorantes no mercado de trabalho permitem entender também situação aparentemente paradoxal em que os melhores alunos dos cursos profissionalizantes têm um perfil acadêmico e aí se encontram porque pretendem utilizar esses cursos como estratégia de reconversão para carreiras acadêmicas na universidade.

A ambigüidade apontada nos cursos profissionalizantes manifesta-se ainda na avaliação dos alunos acerca da importância atribuída à tese, ora pensada em função de sua utilidade prática (nem sempre efetiva por razões quanto à demanda) ora pensada em termos de instrumento para o avanço de conhecimento, mediante pesquisa e análise teórica. Também o bom orientador é avaliado ora por seu desempenho em sala de aula ("porque é atualizado e motivador, bombardeia os alunos com um monte de bibliografia") e relacionando com os alunos, ora porque é considerado bom profissional no mercado. Também a escolha do tema de tese é feita por duplo critério, como relatou um professor orientador: "Eu costumo apontar, durante as aulas, diversas alternativas de temas de tese... quando um aluno vem até mim para discutir um tema possível para fazer a dissertação, eu pergunto em que empresa ele trabalha e aí procuro ver o assunto que poderá ter interesse para ela".

Chamam ainda atenção as inúmeras queixas dos alunos de Administração de Empresas e de Administração Pública contra o excesso de cursos que são obrigados a realizar. Pode-se interpretar tal exigência nos cursos de Administração como expressão do conflito entre o modelo profissionalizante, em particular o MBA, que privilegia a carga de aulas, e o modelo acadêmico, em que se reserva mais tempo para a elaboração da tese, considerada atividade mais nobre ou importante na pós-graduação.

ção". Já em 1992, a mesma revista *Exame*, em sua edição de 5 de fevereiro, p.88, traz artigo com o seguinte título: "O MBA está na rua da amargura". Ao mesmo tempo em que cresceu o número de MBAs, a recessão dos anos 80 e as fusões de empresas acabaram eliminando cargos de gerência que eram normalmente preenchidos por aqueles diplomados, especialmente nas escolas de negócios nos Estados Unidos. Hoje, as empresas preferem profissionais mais baratos e estão menos dispostas a pagar apenas por um suposto prestígio. "Convencidas e arrogantes, elas (as escolas de negócios) escolhem os que acham que devem ensinar sem se preocupar com o que as empresas precisam na prática", diz o articulista, reproduzindo a crítica das empresas ao sistema universitário de ensino pós-graduado. (grifos nossos)

11 "Formação consistente — continua ainda este entrevistado — é a formação de um indivíduo que pode ter mudado de empresa, mas gerenciando sua carreira... Consistência não é só ter trabalhado todo o período na mesma empresa. Há indivíduos que ficam doze, quinze anos em uma empresa em carreiras inconsistentes, não administradas por ele, sendo levados de um lugar para outro pela vontade da empresa e sem a menor participação dele. Então, ele teve um emprego durante doze anos, mas não teve uma carreira."

12 Conforme dados levantados na Secretaria de Pós-graduação da EAESP/FGV, do total de 1601 ingressados nesse curso desde seu início, de 1974 até 1991, apenas 447 alunos, isto é, 27,9%, conseguiram obter o título de mestre ou doutor. Cabe observar, porém, que essa proporção é bastante elevada frente à taxa média de titulação para o conjunto das áreas de pós-graduação no Brasil, qual seja, 10,48%, conforme indicação de Castro (1991. p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretensão de generalização, os dados coletados apontam diferenças significativas entre os diversos cursos de pós-graduação. Apesar da insegurança com relação à possibilidade de obtenção de postos para professores e/ou pesquisadores, os cursos do pólo acadêmico, de modo geral, têm problemas apenas de ajuste ou de correções tópicas, tais como melhoria das bolsas, mais verbas para pesquisas e compras de livro etc. Isso porque as regras que presidem o funcionamento desse meio social, os padrões de excelência e desempenho que legitimam o comportamento de seus membros — alunos e professores — são conhecidos claramente e aceitos por todos. Ao contrário, os cursos do pólo profissional ou mesmo intermediário, como Economia, caracterizam-se por dificuldades mais profundas relacionadas à ambigüida-

de entre lógicas ou princípios orientadores conflitantes. De um lado, parece que o legítimo princípio orientador dos cursos profissionais seria o atendimento das necessidades do mercado de trabalho para onde vão seus alunos. De outro, a lógica interna própria, isto é, os interesses científicos ou de avanço do conhecimento devem predominar, mesmo porque esse mercado está dando mostras de prescindir da formação estritamente profissional.

Portanto, como subsídio para eventuais mudanças que parecem ser mais imprescindíveis no pólo profissional, pode-se sugerir a diferenciação dos cursos de pós-graduação, estabelecendo formação desejada em cada um e, conseqüentemente, as atividades predominantes respectivas, tais como, aulas, elaboração de teses ou de trabalhos com outro teor — estudos de caso, resolução de problemas práticos etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, L. *Les Cadres, la formation d'un groupe social*. Paris: Seuil, 1982.
- BOURDIEU, P. BOLTANSKI, L. SAINT MARTIN, M. de. Les Stratégies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. *Information sur les sciences sociales*, v.12, n.5, 1973.
- CASTRO, Cláudio M. A Profissionalização do administrador e o amadorismo dos cursos. *Revista de Administração de Empresas*, FGV, Rio, 1976.
- CASTRO, M. H. Magalhães. A Pós-graduação em zoom: três estudos de caso revisitados. NUPES, doc. de trabalho n.6, 1991.
- CLEARY, Robert. What do public administration masters programs look like/ Do they do what is needed? *Public Administration Review*, nov./dez. 1990.
- DURAND, J. Carlos. *Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DURHAM, Eunice. Problemas do ensino e de pesquisa: a política de pós-graduação e as Ciências Sociais. *BIB*, n.21, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1986.
- GOLDEMBERG, José. *O Repensar da educação no Brasil*. São Paulo: IEB-USP, 1993. Série Educação para a Cidadania, n. 3.
- MARTINS, Carlos B. (org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENEZES, E. Diatay B. Ensino de pós-graduação: assentimento burocrático ou reconhecimento acadêmico? *Ciência e Cultura*, v.32, n.7, jul. 1980.
- PAOLI, Niuvenius. *Para repensar a universidade e a pós-graduação*. Campinas: Unicamp, 1985.
- PEREIRA, L. C. Bresser. O mestrado subdesenvolvido. *Folha de S. Paulo*, 9/10/1991.
- REIS, Fábio W. Para avaliação da pós-graduação em Ciências Sociais. *BIB*, n.27, Rio de Janeiro, 1º semestre 1989.
- REVISTA EXAME. O MBA está na rua da amargura, 5/2/1992.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, profissões e a questão da autonomia*. NUPES, doc. de trabalho n.6, 1989.
- _____. *O Contexto institucional e o político da avaliação do ensino superior*. NUPES, doc. de trabalho n.3, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon, BALBACHEVSKY, Elisabeth. *The Academic profession in Brazil*. NUPES, doc. de trabalho 1/93, 1993.
- WAGNER, Anne-Catherine. La Formation des cadres internationaux. In: SAINT MARTIN, M. de, GHEORGHIU, M. (eds.). *Les Institutions de formation des cadres dirigeants. Étude comparative*. Paris: EHESS, 1992. p.263-80
- WEIR, David T. H. *Managing a Business School: the people factor (Personal Skills for Top Managers)*, Business School Deans and Directors Conference on Strategic Approaches to Management Education Overseas Development Group Conference, Carlton Gardens, London, 1992.
- WIND, William, REITSCH, Arthur. Soviet and american business students: similarities and differences. *Journal of Education for Business*, jul./ago. 1991.
-